



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 29 DE JUNHO DE 2017

ATA N.º 04/2017

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária Maria Odete Pinho Cabral e da Segunda Secretária Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Jorge Alberto Rego França, Tiago Miguel Luz Almeida, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, José Augusto Chora Félix, Gilberto de Sousa Borges, Adriano Manuel Mota Costa, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Frederico Furtado de Sousa, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paula Catarina Castelo Borges Andrade e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pela Senhora Vereadora Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos. Expôs que esta foi a 3.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, do presente ano, que segundo a Lei que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, reúne no mês de junho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foram enviadas cópias das atas a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura das atas, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da segunda sessão ordinária, do dia 28 de abril de 2017 e a ata da sessão extraordinária, do dia 20 de junho de 2017.

As atas foram aprovadas, por unanimidade, pelos vinte e dois membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 2 de maio a 29 de junho de 2017, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paula Catarina Castelo Borges Andrade e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 29 de junho de 2017.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e alertou que no quadro do Ponto 5 – Situação Financeira do Município, apresentado na Informação sobre a Atividade Camarária, o somatório do total das receitas não corresponde ao valor apresentado.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a informação será corrigida, tendo sido apresentado corretamente o mapa Resumo da Execução da Receita e Despesa.

Felicitou a Câmara Municipal de Lagoa por ter realizado, uma vez mais, o Império de São Pedro de Água de Pau, que manifestou ser novamente um sucesso, atraindo imensas pessoas àquela Vila, para associarem-se às festividades do Divino Espírito Santo, que têm como intuito a preservação e a promoção da cultura e das tradições, que fazem parte da memória coletiva do povo açoriano, naquilo que têm de mais singular, sendo uma devoção com grande tradição no seio da comunidade Lagoense.

Felicitou, ainda, a equipa de funcionários da Câmara Municipal Lagoa, que esteve envolvida na realização das festas, que de uma forma muito alegre e de espírito de interajuda, porque estas são as festas do povo e para o povo, conseguiu manifestar aquilo que é a verdadeira essência

deste culto, o espírito de solidariedade e de partilha, que se assumem, cada vez mais, como valores fundamentais.

Congratulou, ainda, a Câmara Municipal pela promoção de mais uma edição - 3.^a edição do Festival Lagoa COMVIDA, que decorre, já, no próximo fim-de-semana, promovendo o lazer e a confraternização, através de vários concertos musicais, que vão animar três noites a Cidade de Lagoa, atraindo, uma vez mais, imensas pessoas ao Concelho.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016:

Pela Câmara Municipal foi presente o Relatório de Gestão Consolidado e os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Certificação Legal das Contas Consolidadas apresentada pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos apresentados de prestação de contas consolidadas de 2016.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO POMBAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona do Pombal, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número **1**.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que esta suspensão decorre do surgimento de um grupo ligado à área da Saúde, estar interessado na construção de um novo hospital privado, na Zona do Tecnoparque. Dada a sua dimensão, torna-se necessário proceder à alteração de áreas de lotes de terreno para a construção desse hospital e daí a necessidade de ser suspenso parcialmente o Plano de Pormenor da Zona do Pombal.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara que na passada reunião Camarária, de 28 de junho do corrente ano, foi deliberado, proceder à alteração do Plano de Pormenor da Zona do Pombal, conforme estabelecido na respetiva legislação que refere que a suspensão de um Plano implica obrigatoriamente a abertura de procedimento de alteração do respetivo Plano para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1.º A suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona do Pombal, na área correspondente à ACS.2, assinalada na planta que consta do anexo I à presente deliberação e que dela faz parte integrante para todos os efeitos legais, a qual incide sobre os artigos 24.º a 29.º do respetivo regulamento, por um prazo de dois anos, a contar da data da publicação da deliberação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, prorrogável por mais um ano, com o estabelecimento de medidas preventivas para aquela mesma área, que constam do anexo II à presente deliberação e que dela faz parte integrante para todos os efeitos legais, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 112.º, da alínea b) do n.º 2 do artigo 133.º, do n.º 2 do artigo 139.º, do n.º 1 do artigo 140.º e do n.º 5 do artigo 144.º, todos do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2017, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2017, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta referente à abertura de procedimento concursal, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número **2**.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que explicou, em reunião da Câmara Municipal de 29 de maio de 2017, que é necessário o recrutamento de 8 (oito) novos trabalhadores, concretamente, 1 (um) Técnico Superior, 1 (um) Assistente Técnico e 6 (seis) Assistentes Operacionais.

A Câmara Municipal de Lagoa tem feito uma forte aposta na qualidade e eficiência do serviço a prestar aos seus munícipes e ao longo deste tempo, todo este trabalho tem vindo a ser feito com os trabalhadores da Câmara, com recurso à celebração de contratos de prestação de serviços e com trabalhadores ao abrigo de Programas de Emprego. No entanto, a Câmara Municipal tem necessidade de dispor de alguém que, de forma permanente e duradoura, proceda nomeadamente às funções supra indicadas.

Destacou que a Câmara Municipal tem procedido à redução de trabalhadores pois, a título de exemplo, o Município de Lagoa reduziu 1 trabalhador no ano de 2016, 3 trabalhadores no ano de 2015 e 4 trabalhadores no ano de 2014. No ano de 2017, ano em que presumivelmente se concretizarão os presentes recrutamentos, há já a séria perspetiva de redução de, pelo menos, mais 3 trabalhadores e em 2018, ano seguinte, outros 3, através da reforma por idade ou invalidez.

Mais informou que a Câmara Municipal não tem nenhum trabalhador afeto ao exercício daquelas funções, naquelas áreas e, porque são manifestamente insuficientes os seus recursos humanos, havendo a necessidade imperiosa de assegurar as referidas funções.

A Deputada Municipal Filomena Oliveira Carneiro, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e questionou se na abertura deste concurso a Câmara Municipal vai dar primazia a quem já trabalhou na Câmara Municipal e já executou aquelas tarefas, através de contrato de trabalho ou ao abrigo de programas de emprego.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o recrutamento será feito por procedimento concursal restrito, numa primeira fase, aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Em caso de impossibilidade de ocupação dos mesmos por quem seja detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, podem candidatar-se ao procedimento concursal trabalhadores com vínculo de emprego público a termo e sem vínculo de emprego público.

Mais referiu que os trabalhadores a recrutar deverão cumprir os requisitos mencionados no aviso de abertura do procedimento concursal, o qual será publicitado na 2.ª Série do Diário da República.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a abertura do procedimento concursal, conforme proposta apresentada;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração à Tabela de Taxas do Centro de Recolha Oficial, que abaixo se transcreve:

“Na sequência das obras de ampliação e beneficiação do canil municipal e consequente licenciamento do mesmo como Centro de Recolha Oficial de Animais pela Direção Regional da Agricultura, torna-se necessário atualizar a tabela de taxas existente, nomeadamente a sua designação bem como prever uma taxa para cedência de felinos, conforme tabela anexa.

Tabela de Taxas Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores

PT 7 003 CGM

1 – Aceitação de animais no CRO	0,00	€
2 – Serviço de apoio ao domicílio	15,00*	€
3 – Permanência no CRO	5,00 / dia	€
4 – Cedência de Canídeos / Felinos – 1ª cedência, se identificado eletronicamente	0,00	€
5 – Cedência de Canídeos / Felinos – 1ª cedência, se não identificado	15,00	€
6 – Cedência de Canídeos / Felinos – seguintes	30,00**	€
7 – Cedência de pequenos ruminantes – 1ª cedência, se identificado	0,00	€
8 – Cedência de pequenos ruminantes – 1ª cedência, se não identificado	15,00	€
9 – Cedência de pequenos ruminantes – seguintes	30,00**	€
10 – Cedência de Bovinos – 1ª cedência	0,00	€
11 – Cedência de Bovinos – seguintes (até 6 meses de idade)	50,00	€
12 – Cedência de Bovinos – seguintes (6 ou mais meses de idade)	100,00	€
13 – Cedência de Equinos, Asininos e Muares – 1ª cedência, se identificado	0,00	€
14 – Cedência de Equinos, Asininos e Muares – 1ª cedência, se não identificado	50,00	€
15 – Cedência de Equinos, Asininos e Muares – seguintes, se identificado	30,00**	€
16 – Cedência de Equinos, Asininos e Muares – seguintes, se não identificado	100,00	€

* No caso de animais agressivos a taxa a cobrar será acrescida dos custos com tranquilização e avaliado caso a caso.

**** Valor indicado para capturas seguintes.”**

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos à proposta apresentada, designadamente, em relação à primeira cedência e seguintes de Canídeos/Felinos. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que em relação à 1ª cedência, se o animal for identificado eletronicamente, é gratuita, se não for identificado tem o pagamento de uma taxa de 15,00 €, de forma a impor aos cidadãos o cumprimento do registo dos animais. Sobre as cedências seguintes informou que tratando-se de uma reincidência será taxado duplamente, de forma a obrigar os cidadãos a cuidarem e protegerem os seus animais.

Mais informou que esta proposta surge na sequência das obras de ampliação e beneficiação do Canil Municipal e consequente licenciamento do mesmo como Centro de Recolha Oficial de Animais, pela Direção Regional da Agricultura. Apesar da Câmara Municipal ter duplicado a capacidade do Canil e de reunir todas as condições, o mesmo não tem capacidade para absorver todos os animais abandonados.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, expôs que não concorda com o pagamento de uma taxa de 15,00 € pela cedência de Canídeos/Felinos. Em sua opinião, deveria haver melhores incentivos à adoção de animais do Canil.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não pode ser a custo zero porque quem adota os animais também tem que ter alguma responsabilidade, para depois não os abandonar no dia seguinte. O animal é entregue com as vacinas em dia e com a esterilização efetuada. Concluiu afirmando que esta é uma matéria muito sensível.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, e dois votos contra dos Deputados Municipais Rui Meneses e Hermano Rego, dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de alteração à Tabela de Taxas do Centro de Recolha Oficial, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – OUTROS ASSUNTOS:

FESTIVAL “BAIXA D´AREIA BLUES”:

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Senhor José Fernando Costa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que a Junta de Freguesia de Água de Pau durante três anos consecutivos promoveu o festival “Baixa d´Areia Blues” e esse festival só foi possível

realizar-se com o apoio Camarário. A Junta de Freguesia promove esse festival porque entende que dinamiza o comércio, dignifica a Vila de Água de Pau e paralelamente o Concelho de Lagoa. Questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal se a Junta de Freguesia de Água de Pau pode contar, este ano, com o apoio da Câmara Municipal de Lagoa, para realizar novamente o festival.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que como é do conhecimento dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e estando na presença de todos, a Câmara Municipal no âmbito do Acordo de Execução que celebrou com todas as Juntas de Freguesia, transfere, anualmente para cada Junta de Freguesia, uma verba entre os 5.000,00 € e os 6.000,00 €, destinada à realização de eventos culturais, com exceção da Junta de Freguesia de Santa Cruz que tem um apoio no valor de 20.000,00 €, para a realização das Festas de Santo António.

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Senhor José Fernando Costa, no uso da palavra, referiu que não concorda porque há três anos recebeu um excedente da Câmara Municipal de Lagoa, em cerca de 7.000,00 €, mais o apoio logístico. A Câmara Municipal de Lagoa realizou recentemente um Festival, no Porto dos Carneiros, vai realizar este fim-de-semana o Festival Lagoa ComVida e a Câmara Municipal não é capaz de apoiar um Festival, na Vila de Água de Pau, com um custo de 7.000,00 €, mais o apoio logístico.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que a Câmara Municipal dá o apoio logístico a todas as festividades no Concelho, incluindo à Junta de Freguesia de Água de Pau, com a montagem de palcos, barracas e toldos, desde que previamente solicitados à Câmara Municipal e não haja sobreposição de datas.

O Festival Lagoa Bom Porto – Festa em honra de S. Pedro Gonçalves Telmo, no Porto dos Carneiros, foi realizado em colaboração com a Associação de Pescadores, recentemente, decorreram as Festas do Império de São Pedro, em Água de Pau e o Festival Lagoa ComVida será realizado pela Empresa privada AllEvents, em que a Câmara Municipal de Lagoa dá todo o apoio logístico.

Questionou novamente, o Senhor José Fernando Costa, se a Junta de Freguesia de Água de Pau vai ter apoio da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que a Junta de Freguesia de Água de Pau tem o apoio, para a realização de eventos culturais, de acordo com o Acordo de Execução celebrado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Água de Pau.

Neste momento, a Câmara Municipal tem candidaturas a decorrer a Fundos Comunitários e a prioridade será realizar investimentos que têm se ser feitos, sendo certo que está em igualdade de circunstâncias com os seus colegas Autarcas, das outras Juntas de Freguesia do Concelho.

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Senhor José Fernando Costa, no uso da palavra, referiu que não está satisfeito e acrescentou que ainda bem que estão presentes nesta sessão da Assembleia Municipal, membros da Vila de Água de Pau que decerto irão transmitir a posição da Senhora Presidente da Câmara Municipal à população da Vila de Água de Pau. Terminou a sua intervenção dizendo, muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções e os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria de, uma vez mais, agradecer a presença de todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
